

RELATÓRIO DE ENTREGAS DE GESTÃO 2017-2020

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA IMIGRANTES E PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

**SÃO PAULO
2021**



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)

Bruno Covas

Prefeito da Cidade de São Paulo

Cláudia Carletto

Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Juliana Felicidade Armede

Secretária-Adjunta

Luiz Orsatti Filho

Chefe de Gabinete

Vinicius Duque

**Coordenador de Políticas para Imigrantes e Promoção do
Trabalho Decente**

Ana León

Bryan Sempertegui Rodas

Fábio Andó Filho

Luciana Elena Vázquez

Assessoras/os/es

Boaz Mukuna Kapuku

Diego Francisco Ferreira da Silva

Gabriela Mika Tanaka

Estagiárias/os/es

Eliza Raquel Souza

Projeto gráfico e Diagramação



SUMÁRIO

Introdução	4
Linha do tempo da PMPI	5
Projetos e ações da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente	6
01) Conhecimento da População Imigrante	6
02) Participação Social e órgãos colegiados	9
03) Curso de Português para Imigrantes	18
04) Formação de Servidores	20
05) Festividades e Feiras	29
06) Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI-SP)	30
07) Diálogos Intersecretariais	33
08) Incidência e Parceiros Internacionais	38
09) Trabalho Decente	45
10) Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (2020)	46
11) Guia de Acesso a Serviços	46
12) Enfrentamento à Pandemia de Covid-19 (2020)	47
ANEXO I - DOCUMENTO COMPLEMENTAR	51



INTRODUÇÃO

A Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) foi criada em 27 de maio de 2013, no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) de São Paulo, pelo Art. 242 da Lei Municipal nº 15.764, e incorporou a temática da promoção do trabalho decente em 2018, com a edição do Decreto 58.129, sendo atualmente nomeada Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD).

Em 2016, na cidade de São Paulo, promulgou a Lei Municipal 16.478/16 de 8 de julho do presente ano, a qual institui a Política Municipal para a População Imigrante (PMPI). Consta na seguinte Lei que a PMPI deve ser implementada de forma transversal às políticas e serviços públicos, garantindo, assim, o acesso aos direitos sociais e aos serviços públicos à população imigrante¹. Em dezembro do mesmo ano, a Lei Municipal foi regulamentada através do Decreto 57.533, de 15 de dezembro de 2016, atribuindo ao Poder Público Municipal a implementação de políticas voltadas à população imigrante.

Desde a criação da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD), esta tem tido papel fundamental na implementação de políticas públicas para a população imigrante da cidade de São Paulo, tendo como principal objetivo articular as políticas voltadas para imigrantes no município de forma transversal, intersetorial, intersecretarial e participativa, uma proposta pioneira na cidade e no país. Atualmente a CPMigTD trabalha com importantes projetos, além do permanente diálogo com outras Secretarias Municipais, a fim de promover o acesso igualitário aos serviços públicos da cidade para a população imigrante, como saúde, educação, lazer, trabalho, habitação e assistência social.

1 Considera-se população imigrante, para os fins desta lei, todas as pessoas que se transferem de seu lugar de residência habitual em outro país para o Brasil, compreendendo imigrantes laborais, estudantes, pessoas em situação de refúgio, apátridas, bem como suas famílias, independentemente de sua situação imigratória e documental.

LINHA DO TEMPO DA PMPI

Política Municipal para a População Imigrante





PROJETOS E AÇÕES DA COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA IMIGRANTES E PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE

01 Conhecimento da População Imigrante

De acordo com o Sistema de Registro Nacional Migratório, foram registrados na cidade de São Paulo 367.043 imigrantes até o ano 2020, número obtido através do Observatório das Migrações (OBMigra). Atualmente, as principais nacionalidades de imigrantes são dos seguintes países: Bolívia, China, Haiti, Peru, Estados Unidos, Colômbia, Argentina, Paraguai e Japão, conforme o seguinte gráfico criado através dos dados sistematizado pelo Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)². A partir desses dados, a CPMigTD desenvolveu ações e projetos voltados à identificação das características e perfis da população, o conhecimento e aprimoramento da política pública da Cidade destinada para essa população, bem como para na divulgação de informes e estudos relacionados a esses assuntos:

a) Lançamento da pesquisa “Imigrantes em São Paulo”, realizada em parceria com o Projeto Cosmópolis do Instituto de Relações Internacionais da USP (2017).

Realizado em 2017, o evento publicou a pesquisa realizada em parceria com o Projeto Cosmópolis, do Instituto de Relações Internacionais

² Os dados podem ser conferidos no site do NEPO: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/>

da Universidade de São Paulo. O e-book é composto por (i) Diagnóstico do atendimento da população imigrante pelos órgãos da Prefeitura Municipal de São Paulo; e (ii) Perfil da população imigrante no acesso a serviços públicos no Município de São Paulo (que inclui a caracterização dos bancos de dados analisados)³.

b) Apoio institucional ao estudo da CEPAL Políticas migratórias em nível local: análise sobre a institucionalização da política municipal para a população imigrante de São Paulo (2019).

A CPMigTD em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) realizou uma análise sobre a institucionalização da Política Municipal para População Imigrante (PMPI) de São Paulo entre 2013-2017. O pioneirismo da PMPI despertou o interesse de diversos gestores nacionais e internacionais em aprofundar seu conhecimento acerca de políticas para a população imigrante. Nesse sentido, o estudo foi realizado a fim de inspirar outros atores locais a desenvolverem suas próprias políticas de gestão migratória em nível local à luz da experiência da cidade de São Paulo.

O estudo foi lançado e apresentado na abertura da 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, realizado na Faculdade Zumbi dos Palmares em novembro de 2019⁴.

c) Lançamento do perfil de São Paulo para os Indicadores de Governança Migratória Local, projeto piloto realizado pela OIM em parceria com a SMDHC (2019).

Com o crescimento do papel das cidades e dos municípios na governança migratória, foi desenvolvido um conjunto de indicadores

³ Link do documento: <http://143.107.26.205/documentos/eBook%20Cosmopolis.pdf>

⁴ O documento completo pode ser encontrado para download neste link: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/44491-politicas-migratorias-nivel-local-analise-institucionalizacao-politica-municipal>



que ajudam as cidades a apreciarem a abrangência de suas estruturas de governança de migração - Indicadores da Governança Migratória (Migration Governance Indicators– MGI, na sigla em inglês). Além de São Paulo, o MGI Local foi implementado em Acra (Gana) e Montreal (Canadá). “Baseia-se em um conjunto de 87 indicadores que ajudam as autoridades locais a apreciarem as estratégias ou iniciativas locais de migração, bem como identificar boas práticas e áreas com potencial para um maior desenvolvimento. O objetivo do exercício é fomentar o diálogo sobre migração entre governos nacionais e autoridades locais, e permitir que as autoridades locais aprendam umas com as outras, discutindo desafios comuns e identificando possíveis soluções”⁵.

d) Lançamento do Informe Urbano: Imigrantes na Cidade de São Paulo: cinco anos de atendimento do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) (2019).

O Informe Urbano, publicado em dezembro de 2019, traça um panorama de cinco de atendimento do Centro de Referência de Atendimento para Imigrantes (CRAI), onde é ofertado apoio especializado e multilíngue para imigrantes, sobretudo na orientação sobre regularização e acesso a serviços públicos. O panorama apresentado consiste na base de dados dos atendimentos realizados, especificamente aqueles que consistem no primeiro cadastro do imigrante no serviço. As informações coletadas nessas ocasiões se estendem desde a inauguração do CRAI, em novembro de 2014 até outubro de 2019, dando ensejo a um balanço de 5 anos de atendimento deste serviço⁶.

A base de dados de atendimento foi disponibilizada na Plataforma Dados Abertos, para acesso da população⁷.

⁵ Link do documento: https://brazil.iom.int/sites/default/files/Publications/mgi-layout-sao%20paulo%20copy_PT_for%20print_updated.pdf

⁶ Link do documento: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/41_IU_IMIGRANTES_final.pdf

⁷ Disponível em: <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/ro/dataset/base-de-dados-do-centro-de-referencia-e-atendimento-para-imigrantes-crai>

e) Atualização dos mapeamentos colaborativos

Em 2018 foram iniciadas as atualizações on-line dos mapeamentos colaborativos da CPMigTD, os quais têm como finalidade reconhecer, valorizar e divulgar as iniciativas da sociedade civil na construção de uma cidade de todas e todos os imigrantes. Foi feito o levantamento de três tipos: Mapeamento dos grupos de imigrantes ou ligados à temática migratória no município de São Paulo; Mapeamento de feiras de imigrantes no município de São Paulo; Mapeamento dos cursos de português oferecidos pela Sociedade Civil no município de São Paulo. Em 2019 os documentos finais foram publicados e podem ser acessados aqui.

02 Participação Social e órgãos colegiados

A Coordenação de Políticas para Imigrantes e Trabalho Decente garante espaços de participação social para fomentar o diálogo com a população imigrante na construção, monitoramento e avaliação das políticas públicas implementadas. Durante o período 2017- 2020, foram desenvolvidas três principais atividades nesse âmbito: o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI); as Conferências Municipais de Políticas para Imigrantes; e a Cadeira Extraordinária para Imigrantes nos Conselhos Participativos Municipais da Prefeitura.

a) Cadeira Extraordinária para Imigrantes do Conselho Participativo Municipal.

O Conselho Participativo Municipal é um organismo autônomo da sociedade civil, reconhecido pelo Poder Público Municipal como instância de representação da população. A atuação de cada conselheiro abrange seu respectivo território da cidade e visa ampliar a participação popular,



conferindo mais transparência ao trabalho executado pelas subprefeituras. A tarefa do conselheiro é auxiliar no processo de planejamento, fiscalização da utilização de recursos públicos e sugestão de políticas voltadas à sua região. A eleição para o Conselho foi regulamentada através de um decreto assinado na gestão anterior da Prefeitura. O decreto garante ainda que a Cadeira Extraordinária para Imigrantes (CEI) seja ampliada a todas as subprefeituras da cidade, e que o Conselho seja composto por, no mínimo, 50% de mulheres.

Tabela de dados sobre os Conselhos Participativos Municipais

BIÊNIO	Nº CANDIDATOS	Nº ELEITOS	Nº SUBPREFEITURAS	Nº NACIONALIDADES
2014-2015	52	20	19	10
2016-2017	92	31	30	15
2018-2019	21	15	12	8

b) Posse da gestão indicada do Conselho Municipal (CMI) de Imigrantes pela SMDHC (2017)

Em cumprimento à Lei Municipal nº 16.478 de 2016 e ao disposto no Decreto 57.533 de 2016, que institui e regulamenta a Política Municipal para a População Imigrante na cidade de São Paulo, a SMDHC designou⁸ a primeira composição do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) em 14 de setembro de 2017.

A primeira composição do Conselho teve como funções específicas: (i) elaborar e aprovar o regimento interno do colegiado, (ii) convocar eleições.⁹

⁸ Parágrafo 9º do art.º 6 do Decreto 57.533/2016 atribui a designação dos representantes da primeira composição do CMI à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, composição esta que deverá elaborar e aprovar o regimento interno do colegiado e convocar eleições dentro de 6 (seis) meses.

⁹ O Regimento Interno e o Edital Eleitoral (gestão bianual 2018- 2020) estão disponíveis para consulta no site da SMDHC, e podem ser acessados pelo link: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/conselho_municipal_de_imigrantes/index.php?p=266085

c) Realização da 1ª Eleição do CMI (Gestão 2018 - 2020)

Foram recebidas 52 intenções de candidaturas, das quais 40 foram validadas pela Comissão Eleitoral para as 3 categorias possíveis de inscrição. Nas candidaturas estiveram representadas 22 nacionalidades de 4 continentes (África, Américas, Ásia e Europa). A eleição ocorreu no dia 10 de junho de 2018, em 6 (seis) pontos da cidade. Ao todo, foram contabilizados 1516 votos, e 51 nacionalidades. Foram eleitos 16 conselheiros titulares e suplentes para compor a primeira gestão (2018-2020) do Conselho Municipal de Imigrantes.¹⁰

Devido ao contexto da pandemia mundial de covid-19, o CMI determinou a prorrogação do mandato, bem como pelo adiamento das eleições, através das Resolução 002/CMI/2020¹¹ e 002/CMI/2021¹².

Em cumprimento com o disposto no Regimento Interno no artigo 29, a Comissão Eleitoral publicou o Edital eleitoral 001/SMDHC/2020 em dezembro de 2020.¹³

d) Conselho Municipal de Imigrantes (CMI)

O Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) é um órgão consultivo composto por 32 conselheiros, sendo 16 titulares e 16 suplentes, que tem como objetivo participar da formulação, implementação, monitoramento e avaliação da Política Municipal para a População Imigrante. A composição

10 As informações podem ser encontradas neste link: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/conselho_municipal_de_imigrantes/index.php?p=275084

11 Resolução 002/CMI/2020: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/MIGRANTES/Resolucao02_CMI.pdf

12 Resolução 002/CMI/2021: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/participacao_social/CONSELHOS/CONSELHO%20IMIGRANTES/DELIBERACOES/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20002%20CMI%202021.pdf

13 Edital Eleitoral 001/SMDHC/2020: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/MIGRANTES/ELEICAO%20CMI%202021/Edital.PDF



do CMI é paritária entre representantes do poder público e a sociedade civil: oito secretarias municipais previstas no Decreto e oito membros da sociedade civil, eleitos dentro de três categorias: (i) coletivos, associações e organizações de imigrantes; (ii) coletivos, associações e organizações de apoio a imigrantes e (iii) pessoas físicas imigrantes.

A primeira gestão do Conselho Municipal de Imigrantes realizou reuniões para discutir a definir os trabalhos do CMI durante sua gestão:

Ano	2018	2019	2020
Número de reuniões ordinárias	5	11	10
Número de reuniões extraordinárias		2	2
TOTAL	5	13	15

I. Grupos de Trabalho

Conforme o disposto no Regimento Interno do CMI, o colegiado pode atuar através de grupos de trabalho com temáticas específicas para auxiliar ao plenário. A primeira gestão (2018- 2021), criou os seguintes grupos de Trabalho:

- **GT Formação:** criado no início da gestão (2018) teve uma única reunião para pensar em atividades formações do CMI;
- **GT Conferência:** Criado em 2019, se reuniu em 5 encontros para desenhar e estabelecer as bases de planejamento da 2ª Conferência e sobre a conformação da Comissão Organizadora;
- **GT Comunicação:** Se reuniu em 3 encontros para propor as bases da campanha contra a xenofobia, junto à Produtora Jarina Filmes, e para a administração dos canais de comunicação do CMI e redes sociais.

- **GT Regimento Interno:** Teve 5 encontros com o objetivo de analisar e levantar subsídios para a atualização do regimento interno do CMI. Elaborou a nova versão do Regimento e o publicou em Diário Oficial no dia 29 de outubro de 2020.
- **GT Integração Local:** Foi constituído para propor estratégias de trabalho coordenado para aprimorar o atendimento e recepção de chegadas espontâneas e fluxos de imigrantes na cidade de São Paulo, promovendo sua integração local. Tem realizado 7 encontros.
- **GT Plano Municipal:** Criado para providenciar subsídios técnicos e participativos para a elaboração do Plano Municipal, bem como apoiar o CMI no monitoramento após sua aprovação. Teve 2 reuniões.

A Resolução 001/CMI/2020 formalizou a existência de quatro grupos de trabalho do CMI.¹⁴ Todas as atas disponíveis no *site*.

II. Oficina de Contação de Histórias

Em 2019, o CMI iniciou o planejamento de realizar uma campanha contra a Xenofobia com a parceria da Produtora Jarina Filmes e com apoio de financiamento da OIM Brasil. No mês de fevereiro, se concretizou o projeto, por meio da oficina de Contação de Histórias (06 e 06 de fevereiro de 2020) e na produção de 3 vídeos publicados no dia do Imigrante nas redes da SMDHC e do CMI.¹⁵

III. Encontro Informativo com o Setor de Migrações da Polícia Federal

Em 2019, o CMI iniciou o planejamento de realizar uma campanha

¹⁴ tem como objetivo propor estratégias de trabalho coordenado para aprimorar o atendimento e recepção de chegadas espontâneas e fluxos de imigrantes na cidade de São Paulo, promovendo sua integração local

¹⁵ <https://www.facebook.com/573570189733089/videos/614308296146415>



contra a Xenofobia com a parceria da Produtora Jarina Filmes e com apoio de financiamento da OIM Brasil. No mês de fevereiro, se concretizou o projeto, por meio da oficina de Contação de Histórias (06 e 06 de fevereiro de 2020) e na produção de 3 vídeos publicados no dia do Imigrante nas redes da SMDHC e do CMI.¹⁶

IV. Notas de Repúdio e Ofícios para órgãos externos

O CMI também se manifestou publicamente contra atos de xenofobia e encaminhou ofícios a diferentes órgãos, tais como a Caixa Econômica Federal, pelas dificuldades dos imigrantes em acessar ao Auxílio Emergencial do Governo Federal.

e) 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes: Somos tod@s Cidadãos (2019)

Em 2019, como atribuição do CMI, foi convocada a 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, cujo mote teve como Somos tod@s Cidadãos, com o objetivo de promover a participação social das comunidades e da população em geral, por meio da discussão ampla, intersetorial e interinstitucional sobre a Política Municipal para a População Imigrante, organizado através de oito eixos temáticos:

1. Participação social e protagonismo imigrante na governança migratória local;
2. Acesso à assistência social e habitação;
3. Valorização e incentivo à diversidade cultural;
4. Proteção aos direitos humanos e combate à xenofobia, racismo, intolerância religiosa, e outras formas de discriminação;
5. Mulheres e população LGBTI+: acesso a direitos e serviços;
6. Promoção do trabalho decente, geração de emprego e renda e

¹⁶ <https://www.facebook.com/573570189733089/videos/614308296146415>

qualificação profissional;

7. Acesso à educação integral, ensino de língua portuguesa para imigrantes e respeito à interculturalidade;

8. Acesso à saúde integral, lazer e esporte.

A 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes ocorreu em 2013 e foi responsável por elaborar as bases da Política Municipal para Imigrantes (PMPI).

A Conferência de 2019 foi organizada, além do CMI, pela SMDHC e pela Comissão Organizadora (COM)¹⁷, as quais realizaram etapas preparatórias (Conferências Livres e Pré-conferências), bem como sua conclusão nos dias 8, 9 e 10 de novembro do mesmo ano.

A comissão organizadora se reuniu em 7 encontros para o planejamento e monitoramento das atividades delegadas.

Tal como consta no relatório¹⁸, ao todo foram realizados 22 encontros preparatórios que submeteram propostas à Comissão Organizadora para sistematização e posterior discussão e aprovação na Conferência: 18 Conferências Livres validadas e 4 Préconferências (239 pessoas participaram das pré-conferências e 347 das conferências livres validadas) reunindo 586 pessoas. Durante os três dias de realização da 2ª Conferência foram mobilizadas 384 pessoas. O Resultado desse evento foram as 78 propostas prioritárias e as 9 moções aprovadas na plenária final. Os oito eixos temáticos foram os mesmos que serviram para dar base ao Plano Municipal para Imigrantes, lançado em 2020.¹⁹

17 Resolução Nº 03/CMI/2019: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/participacao_social/CONSELHOS/CONSELHO%20IMIGRANTES/CONFERENCIA/ATUALIZADO30-10/Resolucao%2003CMI%20COM2019%20Diario%20Oficial.pdf

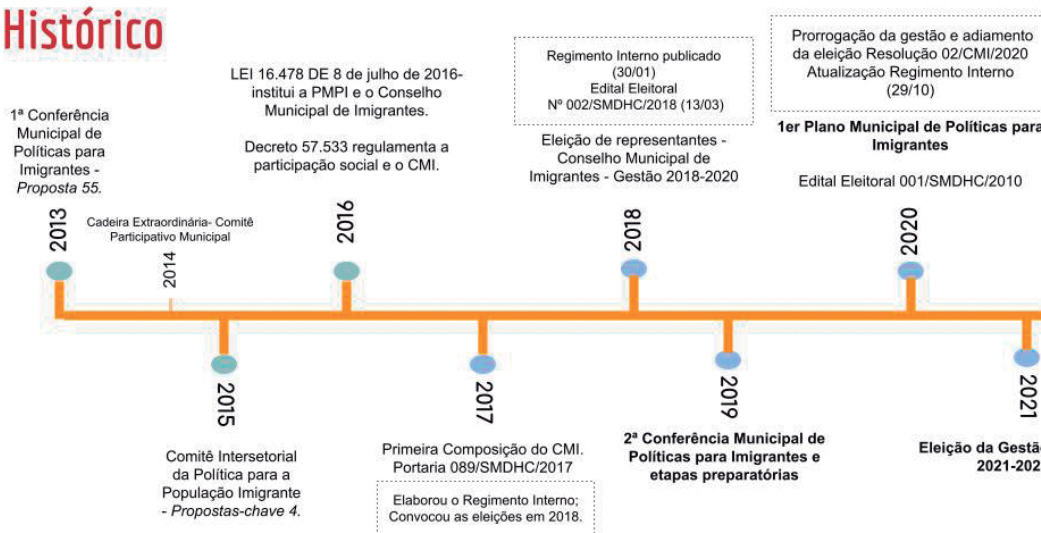
18 Relatório Final da 2ª Conferência de Políticas para Imigrantes: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/participacao_social/CONSELHOS/CONSELHO%20IMIGRANTES/CONFERENCIA/Versao%20Completa.pdf

19 Plano Municipal de Políticas para Imigrantes: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/MIGRANTES/PUBLICACOES/Plano%20Municipal_Produto%20Final_Atualizado_02.pdf



LINHA DO TEMPO - CONSELHO MUNICIPAL DE IMIGRANTES

Histórico



a) Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo (COMTRAE/SP)

A (COMTRAE/SP) é um órgão paritário entre o poder público municipal e a sociedade civil, cujo objetivo consiste em estruturar a política pública municipal de enfrentamento ao trabalho escravo. Ela foi instituída pela Lei Municipal nº 15.764/2013 (art. 263) e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 54.432/2013 (atualizado no Decreto Municipal nº 58.123/2018). A COMTRAE/SP foi responsável pela elaboração do I Plano Municipal para Erradicação do Trabalho Escravo (PMETE).

I. Participação do Encontro Nacional de COETRAEs (2018)

Entre os dias 04 a 06 de setembro de 2018 foi realizado o V Encontro Nacional das COETRAES em Ilhéus (BA) e a COMTRAE esteve presente.

II. Formação dos membros da COMTRAE

Realização de três encontros de formação para os membros do poder público e da sociedade civil da COMTRAE na temática de enfrentamento ao tráfico de pessoas e violações correlatas.

III. Lançamento do Fluxo de Atendimento à Pessoas Submetida e/ou Resgatada de Trabalho Escravo por parte da COMTRAE (2020)

O processo de formação da COMTRAE ao longo do ano de 2018 gerou discussões mais aprofundadas, que terminaram por identificar como um dos projetos prioritários para 2019 a Sistematização de Fluxo de Atendimento à Pessoa Vítima de Trabalho Escravo.

Avaliou-se que a existência de um fluxo de atendimento sistematizado e validado pelos atores envolvidos no combate ao trabalho escravo no município poderia facilitar o referenciamento dessa pessoa às políticas públicas e possibilitar meios para a quebra do ciclo de vulnerabilidade que as afeta.

Neste sentido, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2020 foi lançado o Fluxo de Atendimento à Pessoa Vítima de Trabalho Escravo como fruto do trabalho da COMTRAE.²⁰

IV. Monitoramento do Plano Municipal para Erradicação do Trabalho Escravo (2019 e 2020)

Foi possível realizar uma avaliação das políticas públicas e ações previstas no Plano ao longo dos seus 5 eixos estratégicos e 58 ações, do período entre 2015 a 2018. O processo de implementação do projeto envolveu os membros da COMTRAE responsáveis pela implementação

20 Link: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/participacao_social/CONSELHOS/CONSELHO%20TRABALHO%20ES CRAVO%20CONTRAE/DIALOGOS/Fluxo.pdf



previstos no Plano, assim como, os membros que não estavam previstos, mas que desenvolviam ações essenciais para o combate. Vale destacar que o projeto contou com apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Proveniente desse projeto, hoje está disponível um relatório no qual nos apresenta uma avaliação de implementação dessa política pública, os avanços e caminhos a serem tomados.

03 Cursos de português para imigrantes

O programa tem como objetivo oferecer curso de português nos níveis básico, intermediário e avançado para população imigrante, ou seja, imigrantes, refugiados, solicitantes de refúgio, portadores de visto humanitário, estudantes imigrantes, e suas famílias – independentemente da nacionalidade e status migratório, visando à efetivação da cidadania, participação política e social, regularização migratória, acesso aos serviços públicos, integração à sociedade brasileira e inserção no mercado formal de trabalho, dentro dos marcos da Política Municipal para a População Imigrante (PMPI).

a) Criação do Curso Portas Abertas: Português para Imigrantes (2017).

No segundo semestre de 2017, a SMDHC e a SME implementaram o projeto de ensino da língua portuguesa e cidadania para imigrantes, instituído via Portaria Intersecretarial SMDHC – SME nº 002/2017. O “Portas Abertas – Curso de Português para Imigrantes”, é um curso ofertado de maneira regular, uniformizada, gratuita, continuada e capilarizada nas regiões da cidade e totalmente ministrado por professores da rede municipal de educação. Uma iniciativa pública pioneira, o Portas Abertas é o primeiro curso de português do Brasil oferecido pelo Poder Público Municipal enquanto política pública.

Em sua primeira turma, este projeto contou com a cooperação técnica

entre a SMDHC e o Centro de Línguas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a capacitação de professores da Rede Municipal de Educação e a elaboração do material didático específico para o projeto.

O projeto, que completou três anos de existência em agosto de 2020, ao longo do seu histórico conta com uma média de aproximadamente 600 alunos inscritos por semestre de mais de 50 nacionalidades. O processo de inscrição é aberto semestralmente e pode ser realizado por qualquer imigrante independentemente da sua condição migratória e documental, portador de quaisquer documentos de identificação. O ato de inscrição é realizado em qualquer unidade de ensino municipal participante do projeto, por meio do preenchimento de uma ficha de inscrição (traduzida para o inglês, espanhol e francês). Os alunos inscritos também são registrados no sistema de registro de estudantes da Rede Municipal de Ensino (EOL).

O processo de inscrição adequado às especificidades da população imigrantes e a capilaridade da oferta do curso nos diferentes territórios da cidade possibilitou o acesso de estudantes de diversas nacionalidades. No início de 2020, o Portas Abertas contava com 14 escolas municipais inscritas, distribuídas em todas as regiões da cidade de São Paulo. Em razão da pandemia da COVID-19, o curso ficou suspenso ao longo do ano de 2020, sendo retomado no primeiro semestre de 2021.

b) Aquisição e Distribuição de Materiais de Apoio

Em 2019, por meio de recursos providos por emenda parlamentar federal, por intermédio do Governo Federal e em parceria com a SME, a SMDHC adquiriu e distribuiu materiais didáticos de apoio às escolas inscritas no projeto Portas Abertas, a fim de garantir materiais pedagógicos especializados na temática migratória, possibilitando estimular o desenvolvimento e a inserção de estudantes imigrantes. Ademais, foram adquiridos materiais escolares e educativos como complemento para a



formação e estímulo dos estudantes.

Para mais informações, consultar o anexo II ao final do documento.

04 Formação de Servidores

Desde 2013 a cidade de São Paulo assumiu um compromisso com a população imigrante, com a criação da Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) dentro da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), e da Política Municipal para a População Imigrante. Além disso, desde 2014 a cidade também conta com o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) um serviço de portas abertas ao público, que realiza atendimento especializado. A formação de servidores está prevista na Política Municipal para a População Imigrante, instituída pela Lei nº 16.478/2016 e regulamentada no Decreto nº 57.533/2016:

Art. 10. O atendimento à população imigrante, de responsabilidade de cada Secretaria Municipal, compreenderá a formação intercultural, sobre migrações e em línguas, com ênfase nos equipamentos que realizam maior número de atendimentos à população imigrante, por meio de oficinas ou cursos ministrados por imigrantes e refugiados, pela contratação de agentes públicos imigrantes, nos termos da Lei nº 13.404, de 8 de agosto de 2002.

Art. 4º Será assegurado o atendimento qualificado à população imigrante no âmbito dos serviços públicos municipais, consideradas as seguintes ações administrativas:

I - formação de agentes públicos voltada a:

a) sensibilização para a realidade da imigração em São Paulo, com orientação sobre direitos humanos e dos imigrantes e legislação concernente;

b) interculturalidade e línguas, com ênfase nos equipamentos que realizam maior número de atendimentos à população imigrante;

Considerando o embasamento dessas normativas, a formação de servidores é uma estratégia propícia para facilitar ao servidor/técnico e ao usuário (imigrante), o acesso a serviços e direitos fundamentais. A realização de oficinas de qualificação de agentes públicos é central no processo de reconhecimento das demandas dos imigrantes, adequação do poder público para suas necessidades específicas e promoção do acesso desta população aos serviços públicos das diversas áreas.

Por sua vez, o Centro de Referência e Atendimento a Imigrantes – CRAI tem entre seus objetivos (Art. 9), a promoção do acesso a direitos e à inclusão social, cultural e econômica da população imigrante, por meio de atendimento especializado e multilíngüe, de forma articulada com outros equipamentos públicos e outras organizações da sociedade civil; assim como brindar apoio e promover oficinas, seminários e palestras de capacitação e sensibilização de agentes públicos em geral, incluídos os Conselheiros Tutelares, para o atendimento à população imigrante.

A implementação da Política Municipal para a População Imigrante (PMPI) e do 1er Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (publicado em 2020), envolve a articulação e desenho de políticas transversais e intersetoriais, sendo a formação uma ação estratégica para a compreensão do trabalho em Rede, o conhecimento dos direitos da População Imigrantes na Cidade, assim como permitindo aproximação e aprimoramento entre os equipamentos e áreas da gestão.

a) "Somos tod@s migrantes – Migrações e Direitos na Cidade de São Paulo" – Curso Permanente na Escola Municipal de Administração São Paulo (EMASP)

A fim de intensificar as atividades de capacitação já realizadas pela CPMigTD e pelo CRAI, em 2017 foi feita parceria com a Escola Municipal de Administração São Paulo (EMASP) para a oferta regular e mensal de curso "Somos Tod@S Migrantes - Migrações e Direitos na Cidade de SP", com o objetivo de sensibilizar e capacitar servidores públicos para o



atendimento humanizado e atento aos direitos da população imigrante nos equipamentos municipais da Prefeitura, respeitando e promovendo seus direitos e buscando oferecer instrumentos que facilitem o trabalho cotidiano dos servidores públicos frente às demandas desta população. A formação na EMASP tem ocorrido de forma constante até 2020 e tem sido fundamental para a divulgação e conhecimento da PMPI e dos serviços ofertados no município.

Tabela formação EMASP (2017 -2020)

ANO	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Agentes públicos, servidores capacitados.	130	315	218	30	693

b) Formação de Professores - Programa Portas Abertas - Português para Imigrantes - Secretaria Municipal de Educação.

Formação para habilitar professores da rede municipal de ensino a participarem do projeto Portas Abertas: Português para Imigrantes, ação intersecretarial cujo objetivo é oferecer o ensino da língua portuguesa para imigrantes de forma capilarizada, contínua e gratuita.

Tabela formação Portas Abertas (2017 -2020)

SEMESTRE	2017.2	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.2	TOTAL
Professores Capacitados	80	36	33	26	22	63	260

c) Formação sobre População Imigrante LGBTQ+ (2018)

Formação de servidores e equipes técnicas da Rede de Serviços de Direitos Humanos e outros atores institucionais envolvidos no atendimento e garantia de direitos da população imigrante e refugiada LGBTQ+ e Oficina de Fortalecimento da Rede de LGBTI Imigrantes e Refugiadxs;

Formação População LGBTQ+ 2018

2018	12/07/2018	30 e 31/10/2018
Participantes	16	13

d) Formação da Comissão da Comissão Municipal para Erradicação do Trabalho Escravo (COMTRAE/SP)(2018)

Identificando a necessidade de formar os representantes da COMTRAE na temática de trabalho escravo, a fim de nivelar o conhecimento dos atores sobre a pauta e promover uma discussão mais qualificada no âmbito da Comissão. Oferta de realização de oficinas de formação por parte da Organização Internacional do Trabalho, no escopo do projeto intersinstitucional desenvolvido junto ao Instituto C&A, Abit, ABVTEX, Zara e Instituto Rener.



Formação COMTRAE 2018

TEMÁTICA	TRANSVERSALIDADE E INTERSETORIALIDADE: ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE"	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS
Datas	15 e 16/10/2018	22 e 23/11/2018
# participantes	15	15

e) Secretaria Municipal de Habitação (2019)

Realizadas com o objetivo de fortalecer a atuação em rede entre a SEHAB e SMDHC no atendimento à população imigrante.

- 1º Encontro (11/12): 16 agentes públicos
- 2º Encontro (13/12): 16 agentes públicos

f) Formação Descomplica (2019)

Curso introdutório coordenado pela SMIT, com módulo de direitos humanos, rganizada pelo setor de Educação em Direitos Humanos (EDH/ SMDHC).

Formação Descomplica 2019

2019	17/01/2019	08/02/2019
Agentes públicos capacitados	47	35

g) Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e o Espaço Público do Aprender Social/ ESPASO

A formação de servidores é uma estratégia propícia para facilitar ao servidor/técnico e ao usuário (imigrante), o acesso a serviços e direitos fundamentais. A realização de oficinas de qualificação de agentes públicos é central no processo de reconhecimento das demandas dos imigrantes, adequação do poder público para suas necessidades específicas e promoção do acesso desta população aos serviços públicos das diversas áreas.

As formações realizadas no Espaço de Aprender Social/ESPASO, junto com a SMADS e a SMDHC têm com objetivo promover a sensibilização e capacitação de servidores públicos e trabalhadores dos equipamentos da rede socioassistencial do município, para o atendimento humanizado e atento aos direitos da população imigrante nos equipamentos municipais da Prefeitura, respeitando e promovendo seus direitos e buscando oferecer instrumentos que facilitem o trabalho cotidiano frente às demandas desta população.

Tabela formação SMADS e ESPASO (2019 -2020)

ANO	2019 ²¹		2020			TOTAL
	Outubro	Novembro	Fevereiro	Dezembro turma 1	Dezembro Turma 2	
Servidores/ equipes técnicas ²²	101	65	72	33	39	310

h) Da educação infantil ao EJA: Acolhimento de migrantes e suas famílias nas escolas

O curso “da educação infantil a eja: acolhimento de migrantes e suas famílias na escola.” de iniciativa da SME e com apoio da SMDHC, teve como

21 Presencial- formações de duração de 6 horas

22 Dados das inscrições via formulário elaborado pelo ESPASO.



objetivo apresentar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural, aumentar o repertório das educadoras e educadores da Rede municipal de ensino em relação a temática migratória, além de apresentar conceitos importantes para construção de práticas respeitosas a todas e todos. A SMDHC, CRAI/SMDHC, Repórter Brasil, UNESCO e professores da Rede Municipal de Ensino (RME) ministraram o curso para os servidores da comunidade educacional da Rede.

Em 2020, o curso aconteceu entre 10 e 11 de setembro e nessa edição contou com 129 participantes da RME.

I. Núcleos de Direitos Humanos (2020)

A formação de novas equipes dos Núcleos de Direitos Humanos, serviços descentralizados dentro dos equipamentos dos DESCOMPLICAS e vinculados à Ouvidoria de Direitos Humanos com o tema “políticas públicas e ações afirmativas de promoção ao trabalho decente, bem como as ações de coibição do trabalho escravo e exploratório” foi realizada pela CPMigTD em outubro de 2020 e contou com a presença de 24 servidores.

j) Formação Conselheiros Tutelares

A capacitação dos conselheiros tutelares para proteção da criança e do adolescente imigrante está previsto no Art. 4º da Lei Municipal, assim como nas atribuições do CRAI. Para tanto, a Coordenação de Políticas para Crianças e Adolescentes/CPCA da SMDHC, realizou um ciclo de atividades de formação para os Conselhos Tutelares, nos quais todas as áreas técnicas de Direitos Humanos foram apresentadas. O encontro aconteceu em setembro de 2020, e a CPMigTD abordou o tema das políticas para a População Imigrante e a temática do trabalho decente, e contou com a participação de 10 conselheiros tutelares.

k) Formação Xenofobia e Racismo – Servidores

De forma conjunta, as áreas Coordenação de Promoção da Igualdade Racial (CPIR), Ouvidoria de Direitos Humanos (ODH), e o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), realizaram a formação para servidores e equipes técnicas sobre xenofobia e racismo. O evento foi organizado pela CPMigTD no dia 07 de agosto e contou com a presença de 32 pessoas que discutiram sobre a contextualização histórica e definição de conceitos de racismo e xenofobia, a legislação para o combate ao racismo, discriminação racial, e o Atendimento e a rede institucional.

l) Formação Xenofobia e Racismo – Conselho Municipal de Imigrantes (2020)

A formação do Conselho Municipal de Imigrantes “Combate ao racismo e a xenofobia contra imigrantes” foi realizada entre o dia 6 e 13 de outubro 2020. Contou com a presença de membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Imigrantes e pessoas interessadas na temática. Como convidados/as, a formação contou com membros das organizações: Bibli-ASPA, a Defensoria Pública da União, o Núcleo de Estudos de Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS/USP) e do Núcleo de Etno História (USP), a Organização Panamericana da Saúde; bem como da Ouvidoria de Direitos Humanos, O CRAI. O evento foi organizado pela CPMigTD.

Na atividade, foi abordado o tema do Racismo e Xenofobia contra migrações de diferentes povos e comunidades étnico-raciais inseridas na migração, bem como os mecanismos, legislação e canais de denuncia e atendimento.



Formação Xenofobia e Racismo – Conselho Municipal de Imigrantes (2020)

2020	6/10	13/10
	28	31

Tabela de Formações realizadas 2017-2020²³

Formação	Ano	Responsável	Público-alvo	Quantidade
Migração e Direitos Humanos: enfoque na Assistência Social	2019- 2020	SMDHC	Servidores e equipes da rede socioassistencial	260
Portas Abertas	2017-2020	SMDHC/SME	Professores da Rede Municipal de Ensino	260
Da educação infantil ao EJA: Acolhimento de migrantes e suas famílias nas escolas	2020	SME	Servidores das escolas da Rede Municipal de Ensino	129
Secretaria Municipal de Habitação	2019	SMDHC	SEHAB	32
EMASP	2017-2020	SMDHC	SMADS, SMS, SME, SMDDET, SEHAB, SMC, SMSU, SMSUB,	693
Pop Imigrante LGBTQIA+	2018	SMDHC	Servidores e equipes técnicas	16
CRAI	2017-2019	SMDHC	Agentes públicos municipais	3.127
COMTRAE	2018	COMTRAE	Representantes do poder público municipal	30
Descomplica	2019	EDH/SMDHC	Agentes públicos do descomplica	82

23 Esta tabela apresenta as formações de servidores realizadas entre 2017-2020. Os dados foram retirados do Relatório de Formação de Servidores.

Formação para Núcleos de Direitos Humanos-Descomplica/ODH	2020	ODH/SMDHC	Agentes públicos dos Núcleos de Direitos Humanos	24
Formação para conselheiros tutelares	2020	SMDHC	Conselheiros Tutelares	10
Formação sobre Xenofobia	2020	SMDHC	Servidores e equipes técnicas equipamentos da SMDHC (CRAI, CPIR)	30
CRAI²⁴	2017-2019	SMDHC	Agentes públicos municipais	3.127
TOTAL				4.817

05 Festividades e Feiras

A promoção e o reconhecimento das manifestações culturais e artísticas das diferentes comunidades de imigrantes de São Paulo têm um papel central na garantia da cidadania cultural e do direito à cidade. A CPMigTD entende que a visibilidade dos costumes e festividades imigrantes é de vital importância para a preservação da memória e do patrimônio imaterial dessas comunidades, assim como, um dos meios para garantir a livre expressão cultural e o direito à ocupação do espaço público.

Cabe ressaltar também que a divulgação da diversidade cultural imigrante na cidade colabora no combate da xenofobia e outros tipos de discriminação sofridos por esta população. Sendo assim, parece-nos importante incentivar as experiências interculturais entre nacionais e imigrantes, valorizando as diferenças culturais como algo positivo que

24 Está em anexo ao fim do documento uma planilha com as formações de servidores realizadas pelo CRAI



agrega à sociedade como um todo e contribui para o patrimônio cultural da cidade, através do apoio e da promoção destes eventos.

Algumas festividades são apoiadas pela Coordenação, conforme demanda apresentada por seus organizadores, como é o caso da Alasitas, realizada nos anos de 2017 a 2020, e o Carnaval Andino Yunza, em 2018 e 2019.

A inclusão de datas comemorativas no Calendário Oficial da cidade também é digno de nota. Neste período, merecem destaque o sancionamento das seguintes leis: Leis nº 16.661 de 16 de maio de 2017 e nº 17.148 de 25 de julho de 2019, que incluíram, respectivamente, o Carnaval Peruano Yunza, a ser comemorado, anualmente, no último domingo de março e o Dia da Festa de Alasitas, a ser comemorada no dia 24 de janeiro, no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo (Lei nº 14.485/2007).

Além destas datas, podemos citar também a inclusão do Dia do Imigrante Haitiano (comemorado no dia 22 de agosto, conforme Lei nº 16.907 de 06 de junho de 2018); a Festa Fé e Cultura da Comunidade Boliviana no mês de agosto (Lei nº 17.054 de 22 de janeiro de 2019), e o Dia Internacional do Uchinanchu no dia 30 de outubro (Lei nº 17.395 de 15 de julho de 2020).

06 Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI-SP)

O CRAI é o primeiro de sua natureza no Brasil e funciona como um serviço de referência na atenção especializada à população imigrante da cidade de São Paulo há quase cinco anos. Desde a sua criação, em novembro de 2014, já realizou mais de 40 mil atendimentos, sendo 31740 realizados no período de 2017 a 2020, conforme tabela abaixo.

Ano	2017	2018	2019	2020
Atendimentos	5286	10971	10229	5254

a) Ampliação do CRAI e mudança de sede

Em novembro de 2017 foi assinado o Termo de Colaboração nº 005/SMDHC/2017, entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e o Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS) para a gestão do equipamento por dois anos. Este termo prevê a ampliação do Centro de Referência incorporando no seu quadro de funcionários: (i) uma assistente social (totalizando duas profissionais da área) – com o objetivo de realizar atendimento em plantão social; acompanhamento e orientação referente a políticas sociais e programas de transferência de renda; acompanhamento de atendimentos itinerantes; articulação com a rede socioassistencial e outras instituições; (ii) uma agente de empregabilidade – com o objetivo de realizar busca, atendimento e sensibilização de empresas sobre a temática migratória e para incentivo de contratação de imigrantes; outras funções que tangenciam a empregabilidade de imigrantes, como cursos profissionalizantes, elaboração de currículos, orientação sobre direitos trabalhistas e sobre o mercado de trabalho no Brasil; (iii) um educador social - com o objetivo de realizar atividades de mediação cultural e oficinas de formação e capacitação, especialmente de modo itinerante. O centro ampliou o repertório de línguas de atendimento, passando de sete para nove idiomas (português, espanhol, francês, inglês, árabe, crioulo haitiano, suaíli, lingala e tshiluba).

O novo local, situado no bairro da Bela Vista, região central da cidade de São Paulo para facilitar o acesso de pessoas de todas as regiões do município, conta com espaço maior do que o anterior e conta com orientações socioassistenciais sobre regularização migratória, garantia de direitos e acesso a serviços públicos. Em parceria com a Defensoria



Pública da União, continua sendo ofertado o atendimento jurídico.

Em 27 de maio de 2020, com a celebração do novo Termo de Colaboração nº 002/SMDHC/2020, a equipe do CRAI foi ampliada novamente, com a contratação de uma advogada, uma psicóloga, uma nova recepcionista, bem como a previsão de cinco estagiários.

Em 19 de dezembro de 2020, a sede do CRAI foi rebatizada, passando a se chamar "CRAI Oriana Jara", em homenagem a ativista de direitos humanos, membra do Conselho Municipal de Imigrantes e fundadora da organização Presença da América Latina (PAL), falecida em 02 de dezembro do mesmo ano.

b) Lançamento CRAI-Móvel (2019)

O lançamento do CRAI Móvel potencializou o trabalho de atendimento já desenvolvido na unidade do CRAI, alcançando outras regiões e suprindo a necessidade de locomoção de imigrantes até o centro. O veículo é adaptado para oferecer um posto de atendimento em sua parte interna, com estrutura de escritório. A equipe é composta por: um motorista e um agente de segurança, um técnico de atendimento, imigrante, fluente em três idiomas e uma assistente social para o atendimento da população. Com o objetivo de descentralizar o atendimento para facilitar o acesso às comunidades imigrantes, assegurando orientações sociais, jurídicas e de regularização migratória especializadas mesmo em áreas distantes da sede fixa.

Em razão da pandemia, a unidade ficou com seu atendimento suspenso e somente retornou em 2021, com o recebimento de apoio de infraestrutura para atendimento em área aberta, por parte do ACNUR.

07 Diálogos Intersecretariais

A Política Municipal para População Imigrante, como institui a Lei Municipal 16.478/16, de 8 de julho de 2016, deve ser implementada de forma transversal às políticas e serviços públicos, sob articulação da SMDHC, e intersecretarial, além do diálogo permanente com a sociedade civil e articulação com coletivos e associações de imigrantes. A CPMigTD, portanto, conjuntamente com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); Secretaria Municipal da Saúde (SMS); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET); Secretaria Municipal de Educação (SME); Secretaria Municipal de Cultural (SMC); Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB); e Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME).

a) Diálogo com a SEHAB

Imigrantes se tornaram demandas para todos os eixos da política pública, e na habitação é muito visível a presença deles em locais de conflito, como favelas, ocupações e em situações de moradia irregular, como sem documentação de moradia, por exemplo. Nesse sentido, o trabalho com a SEHAB se dá a partir do acompanhamento de casos de ocupações com presença significativa de imigrantes, por meio de articulação institucional e atuação do CRAI (2018). O acompanhamento continua vigente, principalmente em contato com o Núcleo de Mediação de Conflitos da SEHAB.

São realizadas também formações da SMDHC com a SEHAB com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a população imigrante e sua inclusão nas políticas públicas municipais, com ênfase nas políticas habitacionais; qualificar o atendimento à população imigrante por parte dos agentes públicos da SEHAB; promover a inclusão da população



imigrante nas políticas habitacionais; fomentar a troca entre a SEHAB e SMDHC para a busca de soluções para os desafios identificados na efetivação da cidadania imigrante no acesso à moradia.

b) Diálogo com a SME.

A Secretaria Municipal de Educação possui um trabalho de longa data na inclusão da população imigrante em suas políticas, sendo o Núcleo de Educação Étnico Racial (NEER) vinculado à Coordenação Pedagógica (COPED) órgão responsável por essas ações. Podemos destacar algumas ações realizadas em conjunto entre ambas as Secretarias.

Primeiramente, a promoção do mês “Dezembro Imigrante”, iniciada em 2016, que estimula as Diretorias Regionais de Ensino a promoverem atividades que promovam o debate sobre a migração, incentivar a integração social e combater a xenofobia e a discriminação. Durante este evento de um mês, professores são incentivados a incluir temas relacionados a imigrantes no material escolar.

Neste sentido, foi realizado o “II Seminário Dezembro Imigrante 2017”. O Seminário, com carga horária de 8h, será realizado no dia 12 de dezembro, das 8h às 17h, na Uninove, Campus Memorial, no bairro da Barra Funda. O encontro teve por objetivo discutir questões transversais de interesse dos participantes, como acesso das populações imigrantes e refugiadas aos serviços públicos de educação, saúde, cultura e trabalho.

Já em 2020, houve a oferta do curso “Da educação infantil ao EJA: acolhimento de migrantes e suas famílias na escola”, entre os dias 01 e 11 de setembro, conforme relatório anexo de formações.²⁵

Outra ação intersecretarial foi a criação e atual gestão intersecretarial do “Portas Abertas: Português para Imigrantes”. O curso é ministrado em escolas da rede municipal de ensino vinculadas ao projeto, como foi melhor apresentado no ponto 3 deste mesmo relatório.

25 Para mais informações, acessar: <https://www.sinesp.org.br/179-saiu-no-doc/10468-comunicado-n-362-de-14-08-2020-curso-da-educacao-infantil-a-eja-acolhimento-de-migrantes-e-suas-familias-na-escola>

c) Diálogo com SMADS

De acordo com o Decreto nº 57.533 (15 de dezembro de 2016), cabe à SMADS proceder a inserção das famílias imigrantes em situação de vulnerabilidade social no Cadastro único de Assistência Social do Governo Federal - Cadúnico e assegurar o atendimento à população imigrante, considerando suas especificidades. Nesse sentido, teve ações importantes em alguns momentos, como na articulação intersecretarial para alinhamento de participação no Programa de Interiorização do Governo Federal. Além da realização contínua de formação de servidores da rede socioassistencial de atendimento na ESPASO; organização de oficinas junto aos Centros de Acolhida para Imigrantes sobre boas práticas e desafios para o atendimento intercultural, e Construção de norma de orientação para encaminhamentos relativos ao atendimento de imigrantes na rede de acolhimento.

d) Diálogo com SMC

Segundo o mesmo Decreto que institui a Política Municipal para a População Imigrante, a SMC, em diálogo com a SMDHC, fica responsável por garantir às populações imigrantes o direito à cultura e à cidadania cultural, promover uma cultura de valorização da diversidade, com garantia de participação dos imigrantes na programação cultural do Município. Neste sentido, a Prefeitura da cidade de São Paulo incentiva, promove e apoia as festividades populares, encontros e feiras gastronômicas e culturais da população imigrante, abrindo espaços e concedendo equipamentos públicos para que estas sejam realizadas.

Cumprindo este papel de promoções culturais da população imigrante, a SMC apoiou a realização de um palco imigrante na Virada Cultural de 2017. Realizou também uma formação para grupos imigrantes aplicarem ao Edital do Programa VAI (Valorização de Iniciativas Culturais), considerada uma das mais importantes políticas públicas culturais de São



Paulo, realizado no CRAI em 2018. Todas essas ações contribuem para a manutenção do diálogo permanente entre coletivos, grupos e agentes culturais imigrantes e gestores públicos.

e) Diálogo com SMDET

I. Oficina sobre Promoção de trabalho e renda (2017)

Realização da Oficina “Empregabilidade para Imigrantes e Refugiados” em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas - ACNUR e o Governo do Estado de São Paulo em 09 de agosto de 2017. O evento reuniu 25 entidades da sociedade civil e do poder público, a fim de debater ações implementadas para promover a inserção de imigrantes e refugiados no mercado de trabalho, os maiores desafios encontrados e as possíveis soluções.

II. Criação do GT Migra (2019)

Em decorrência do estreitamento dos diálogos entre as Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD), e de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) foi formado o Grupo de Trabalho Municipal de Inclusão Econômica e Produtiva da População Imigrante (GT Migra), instituído pela Portaria Conjunta SMDET/SMDHC nº 03/2019, objetivando promover ações voltadas à inclusão econômica e produtiva da população imigrante da cidade de São Paulo, esteja ou não em situação regular, por meio de políticas de trabalhabilidade, em consonância com os objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias da Política Municipal para a População Imigrante.

A seguir apresenta-se as principais ações de inclusão econômica e produtiva desenvolvidas por esse grupo, por meio de sua atuação coordenada e intersetorial.

III. Primeira Feira do Empreendedorismo Imigrante (2019)

A ação teve como objetivo promover a geração de renda para imigrantes por meio do incentivo ao empreendedorismo, com foco no artesanato e manualidades, gastronomia e cultura, bem como a qualificação profissional. Além de promover o acesso de imigrantes a políticas públicas (como CRAI, CATE e ADE SAMPÁ), foi possível dar visibilidade para a diversidade cultural das comunidades imigrantes, como forma de fomentar sua integração na cidade e combater a xenofobia.

IV. Semana de Trabalho e Renda (2019)

O objetivo da Semana de Trabalho e Renda para Imigrantes foi promover regularização migratória, empregabilidade, empreendedorismo, educação financeira e trabalho decente à população imigrante, com foco nos imigrantes atendidos no Largo da Concórdia, no Brás, entre novembro de 2018 e janeiro de 2019. A programação da semana consistiu, em geral, em dois tipos de oferta de atividades: mutirões de atendimento - do CATE, Superintendência Regional do Trabalho (SRT) e Defensoria Pública da União (DPU) -, por um lado, e oficinas temáticas - oferecidas por órgãos públicos e parceiros, por outro.

Trata-se de uma ação intersecretarial, fruto da parceria entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDDET), por meio do GT Migra.

V. Diálogo com Ministério da Economia para facilitação da inscrição no MEI

Parte dos esforços para a promoção do acesso à formalização de imigrantes como Microempreendedor Individual (MEI), a atuação do Grupo de Trabalho para Inclusão Econômica e Produtiva de Imigrantes (GT



Migra) que, em tratativas com o Governo Federal a respeito do registro do MEI, contribuiu diretamente para possibilitar a simplificação do processo.

Desta forma, passou a funcionar em outubro de 2019, no sistema de registro mantido pelo governo federal, o Portal do Empreendedor (MEI), a possibilidade de inclusão da quantidade de dígitos componentes do protocolo provisório de residência e do protocolo de refúgio, possibilitando assim o acesso de imigrantes com esses documentos de identificação.

Além disso, para imigrantes recém-chegados que ainda não declararam imposto de renda, não é mais necessária a apresentação do recibo da declaração de imposto de renda.

VI. Cartilha sobre inscrição no MEI

Ainda no sentido de promover o acesso ao cadastro de Microempreendedor Individual (MEI), por meio da disponibilização e promoção do acesso à informação adequado para a população imigrante, o GT Migra realizou a tradução do guia da SMDET "Passo-a-passo de como se formalizar" para três idiomas: inglês, espanhol e francês. O material pode ser conferido no site da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, na seção "MEI - Microempreendedor individual", como se formalizar.

08 Incidência e Parceiros Internacionais

a) Participação nas discussões internacionais sobre os Pactos Globais de Migração e Refúgio (2018)

Na Consulta da América Latina e Caribe como Contribuição Regional para o Pacto Global sobre Refugiados, realizada pelo ACNUR em fevereiro de 2018, São Paulo, então representada pela SMDHC, foi a única cidade a participar do evento e compartilhar a perspectiva da gestão

municipal sobre a matéria. O Município de São Paulo participou também da Conferência Intergovernamental que levou à assinatura do Pacto Mundial para Migração em Marrakesh, Marrocos, em 2018. Na ocasião, foi apresentada a Declaração de Prefeitos “Cidades Trabalhando Juntas para Migrantes e Refugiados”, elaborada dias antes no 5º Fórum de Prefeitos sobre Mobilidade Humana, Migração e Desenvolvimento, também em Marrakech.

b) Participação no Mecanismo de Prefeitos do Fórum Global de Migração e Desenvolvimento

A Coordenação integra o Mecanismo de Prefeitos do FGMD, representando a cidade de São Paulo nos temas técnicos relativos às migrações. Em 2020, esteve engajada nas atividades do GT Narrativas do FGMD, contribuindo para a construção da campanha global “It Takes a Community”.

O Fórum Global para Migração e Desenvolvimento - FGMD é um processo voluntário, informal, não vinculativo e liderado por governos, aberto a todos os Estados-membros e observadores das Nações Unidas e organizações selecionadas. Foi criado sob proposta do Secretário-Geral das Nações Unidas durante o Diálogo de Alto Nível sobre Migração Internacional e Desenvolvimento na Assembleia Geral de setembro de 2006. Em 2018, o Fórum Global para Migração e Desenvolvimento reconheceu o valor de envolver as autoridades locais nas discussões do fórum através do estabelecimento de um Mecanismo de Prefeitos.

Apresentado pela primeira vez nas reuniões preparatórias do FGMD em setembro daquele ano, o MM foi oficialmente lançado em dezembro de 2018 na cidade de Marrakesh, na ocasião da IV Reunião do Fórum de Prefeitos, realizada imediatamente após o encerramento da Cúpula do FGMD. O MM é co-gerido por: 1) CGLU - Cidades e Governos Locais Unidos; 2) MMC - Mayors Migration Council e 3) OIM - Organização Internacional para as Migrações. O Mecanismo de Prefeitos liga formalmente as



autoridades locais ao FGMD, juntamente com a sociedade civil e o setor privado. Também cria oportunidades para as cidades influenciarem as discussões do fórum e oferece-lhes benefícios de aprendizagem e intercâmbio entre pares.

No ano de 2020, o Mecanismo de Prefeitos convidou a cidade de São Paulo para participar nas consultas regionais que seriam realizadas ao longo do ano para discutir as seis prioridades temáticas estabelecidas pela presidência do FGMD. Denominada Puebla Process, a consulta destinada ao continente americano contou com cinco encontros, os quais representantes de São Paulo participaram de dois deles.

Especialmente a partir do engajamento da cidade no encontro sobre narrativas públicas migratórias no âmbito das consultas regionais do FGMD, o Mecanismo de Prefeitos estendeu convite à cidade para integrar o Grupo de Trabalho especial sobre a temática. O Grupo de Trabalho é liderado pelo Canadá, Equador e pelo Mecanismo de Prefeitos, em parceria ativa com a Organização Internacional para Migrações. A operacionalização do grupo está prevista para um período de dois anos (2020-2022) e possui um plano de trabalho que visa, dentre outras atividades, construir uma campanha global sobre uma narrativa migratória equilibrada e baseada em evidências.

São Paulo integra o grupo de trabalho em conjunto com outros três governos locais — Mechelen, Bélgica; Johannesburgo, África do Sul e Montréal, Canadá, bem como com Estados nacionais, organizações internacionais e da sociedade civil e da iniciativa privada.

Para além das atividades de rotina do Grupo de Trabalho e demais articulações com a equipe gestora do mecanismo, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania participou como expositora no 12º Fórum Global de Migração e Desenvolvimento, 6º Fórum de Prefeitos para Mobilidade Humana, Migração e Desenvolvimento. Participação da Secretária Ana Cláudia Carletto em janeiro de 2020.

c) Participação da rede do Mayors Migration Council

A Coordenação participa das reuniões de articulação de cidades e redes internacionais para construção de políticas públicas para migrantes no contexto do Mayors Migration Council, representando a Prefeitura de São Paulo.

O Mayors Migration Council (MMC) foi lançado por um grupo de prefeitos na Conferência sobre o Pacto Global para Migrações em dezembro de 2018, o Mayors Migration Council advoga para que cidades influenciem o discurso e as prioridades internacionais na criação de melhores condições para migrantes, refugiados e comunidades hospedeiras.

O MMC é conduzido por um Conselho de Liderança de dez membros, cuja composição é integrada pelo Prefeito Bruno Covas e outros nove prefeitos de todo o mundo, que representam diversas geografias e contextos migratórios.

Em 2020, na ocasião do Leadership Board Meeting 2020, São Paulo participou de reunião que, à luz dos enormes impactos sanitários, sociais e econômicos da pandemia da Covid-19 nas cidades, dedicou-se a discutir sobre a questão da resposta e recuperação inclusivas adotadas nas cidades. O encontro ocorreu no dia 16 de julho de 2020 e foi hospedado virtualmente pelo Prefeito Eric Garcetti, de Los Angeles (Estados Unidos). Contou com a presença de convidados com alto nível de representatividade da Open Society Foundations, do Governo da Suíça e de agências das Nações Unidas, bem como de todos os prefeitos que integram o Conselho de Liderança, a exceção da Prefeita de Zurich e do Prefeito Bruno Covas, representado pelo Secretário de Relações Internacionais, Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes, e pela Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Ana Claudia Carletto.



d) Outras participações em eventos e fóruns internacionais.

A PMPI é exemplo de boa prática em relação a políticas públicas migratórias, tendo sido objeto de visitas técnicas e seminários em outros países. A seguir estão listadas outras atividades com participação da CPMigTD em engajamento com redes internacionais:

Data	Tipo	Título	Parceiro	Descrição	Local
junho de 2017	Evento	Fórum Regional de Desenvolvimento para América Latina e Caribe	OIT	Mesa Redonda	Cochabamba, Bolívia
agosto de 2017	Evento	Coquetel com autoridades no Edifício Martinelli	ACNUR		São Paulo, Brasil
outubro de 2017	Evento	68ª sessão do Comitê Executivo do ACNUR	ACNUR		Genebra, Suíça
novembro de 2017	Evento	Mesa Redonda Regional para Elaboração do Primeiro Relatório de Avaliação do Plano de Ação do Brasil	ACNUR		Quito, Equador
novembro de 2017	Evento	Conferência de Cidades e Migração	OIM	Participação da Secretária Eloisa Arruda	Mechelen, Bélgica
novembro de 2017	Evento	Governing Migration at Local Level	OIT	Apresentação da Política Municipal para População Imigrante e capacitação do corpo técnico do departamento no curso	Turim, Itália

fevereiro de 2017	Evento	Consulta da América Latina e Caribe como Contribuição Regional para o Pacto Global sobre Refugiados	ACNUR	Participação da Secretária Eloisa Arruda	Brasília, Brasil
janeiro de 2020	Evento	12º Fórum Global de Migração e Desenvolvimento 6º Fórum de Prefeitos para Mobilidade Humana, Migração e Desenvolvimento		Participação da Secretária Ana Claudia Carletto	Quito, Equador
setembro de 2020	Evento	Mesa sobre mulheres migrantes nas cidades; ICMPD e OIM para MC2CM		Participação da Patricia Dichtchenian em substituição da Secretária Ana Cláudia Carletto	
Setembro de 2020	Submissão de documento	Forum of Mayors	ACNUR	Encaminhamento de documento de referência do Plano Municipal como boa prática para Forum of Mayors, instância de articulação de cidades europeias	
outubro de 2020	Campanha	Campanha #IBelong	ACNUR	Assinatura da campanha #IBelong pelo fim da apatridia pela Secretária Ana Claudia Carletto	
28/10 /2020	Evento	"The Climate-Migration Nexus in Cities: Special Invitation - Pilot Training on City Leadership and Engagement"	MMC e C40	Participação técnica no evento "The Climate-Migration Nexus in Cities: Special Invitation - Pilot Training on City Leadership and Engagement"	



dezembro de 2020	Submissão de documento	URBELAC 5ª Edição	Inscrição para a 5ª edição da rede URBELAC (Urban European and Latin American and Caribbean cities, em sua sigla em inglês), em 2020, que tratará de temas de migração como prioridade no período seguinte.
------------------	------------------------	-------------------	---

e) Participação no Programa de Interiorização de Imigrantes Venezuelanos do Governo Federal

São Paulo foi a primeira cidade brasileira a participar do Programa de Interiorização do Governo Federal, em abril de 2018. Após compromisso assumido pelo então prefeito, em fevereiro de 2018, durante os meses de abril e outubro de 2018, a Prefeitura de São Paulo participou do Programa, acolhendo e promovendo a integração local de 307 imigrantes venezuelanos.

De maneira a gerar o debate e ações coordenadas, a CPMigTD criou o Grupo de Trabalho (GT) sobre o Processo de Interiorização de Imigrantes Venezuelanos no Município de São Paulo, a fim de estruturar, de forma articulada, os fluxos de atendimento e recepção dos imigrantes venezuelanos que chegarem à cidade de São Paulo por meio do programa de interiorização do Governo Federal.

Apesar do compromisso da cidade no que se refere ao processo de interiorização do tipo abrigo-abrigo ter se encerrado em outubro, a cidade de São Paulo seguiu atendendo imigrantes interiorizados em ações organizadas sem a participação do município.

09 Incidência e Parceiros Internacionais

f) Promoção do Trabalho Decente e Enfrentamento a Formas Indignas de Trabalho e Exploração

Desde abril de 2018, o tema Trabalho Decente foi incorporado na CPMigTD, que com isso se responsabilizou pela coordenação da Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo (COMTRAE/SP). A seguir, elencamos algumas das ações realizadas pela Coordenação nesse período:

g) Realização de curso de Capacitação em Matéria de Assistência às Vítimas de Tráfico de Pessoas para Profissionais de Saúde

O curso foi promovido pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) – Paraguai, Brasil e Argentina. Participaram do curso 38 representantes de 27 organizações do Poder Público Municipal, Estadual e da Sociedade Civil.

h) Adesão à campanha internacional Coração Azul contra o tráfico de pessoas (2017 e 2018)

Com o objetivo de conscientizar e promover um debate público sobre o enfrentamento e o combate ao tráfico de pessoas, durante toda esta semana, as fachadas do Edifício Matarazzo, Biblioteca Mário de Andrade, Vale do Anhangabaú entre outros órgãos públicos ficaram azul, em alusão a Campanha da ONU Coração Azul.

A Ação marca o Dia Mundial do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, celebrado no dia 30 de julho. Seguida em vários países, a iniciativa foi



criada pela ONU e desenvolvida pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

10 Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (2020)

O processo participativo da Conferência levou à elaboração do Plano, o qual já estava previsto enquanto um de seus objetivos. Para a formulação do Plano, contou-se com o apoio técnico de algumas Organizações Internacionais, como a Organização Internacional para Migrações (OIM) e Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que contribuíram com o desenvolvimento e revisão minuciosa do Plano. Além da participação do CMI.

Os oito Eixos Temáticos da 2ª Conferência foram o que deram base para a criação do Plano Municipal de Políticas para Imigrantes. O Plano foi inspirado em outros planos de gestão de políticas municipais de São Paulo, planos de gestão nacionais e planos-modelo de gestão utilizados em cidades de outros países e trabalhará para cumprir e assegurar organicamente a Política Municipal para População Imigrantes.

O Plano Municipal de Políticas para Imigrantes, como resultado da 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, isto é, com a participação da sociedade civil junto ao poder público, é um marco na cidade de São Paulo e evidencia o compromisso com a população imigrante, sobretudo, o respeito à diversidade e o acesso igualitário aos seus direitos.

11 Guia de acesso a serviços

a) Reimpressão do Guia de Acesso para Migrantes e Servidores Públicos – 2ª Edição (2017).

O Guia de Acesso a Direitos para Migrantes e Servidores Públicos “Somos todos/as Migrantes” apresenta informações passo a passo de como, onde e o que é preciso para que imigrantes tenham acesso a serviços públicos, programas e políticas sociais e à efetivação de seus direitos. Conta também com uma lista de associações, contatos e canais de atendimento. O guia está disponível em versão impressa e on-line em sete idiomas – português, espanhol, inglês, francês, árabe, crioulo haitiano e mandarim. Em 2017 foram impressos 9.736 novos guias, sendo 6.358 em Português; 1.126 em Espanhol; 1.126 em Francês e 1.126 em Inglês.

b) Atualização da Versão do Guia (2020)

Com a assessoria da OIM, em 2020 o Guia de Acesso a Serviços ganhou uma versão atualizada, com tradução para o Inglês, Espanhol e Francês. Passando por uma minuciosa revisão pela equipe da CPMigTD e da OIM e que será publicado em 2021.

12 **Enfrentamento à Pandemia de Covid-19 (2020)**

A pandemia da COVID-19, com início em março de 2020, trouxe inúmeros desafios para toda a população e, sobretudo, para a população imigrante. As restrições distanciaram ainda mais a população vulnerável do acesso aos direitos básicos e aos serviços públicos da cidade. Neste sentido, a Prefeitura de São Paulo realizou uma série de ações emergenciais para a população imigrante, em relação à pandemia e o período de emergência.

a) Atendimento do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI)

- Manutenção do atendimento CRAI durante toda a pandemia, para



orientações sobre acesso à serviços e direitos, regularização migratória e atendimento social.

- Horário das 08 às 18h. Atendimento feito por agendamento através dos telefones: 2361 3780 e 2361 5069/ E-mail: crai@sefras.org.br.

Acesse o site.

- Na fase vermelha/roxa, o atendimento no CRAI é realizado das 10h às 16h, conforme agendamento.

- Ampliação da equipe do CRAI Em 27 de maio, a equipe do CRAI foi ampliada com a contratação de uma advogada, uma psicóloga, uma nova recepcionista, bem como a previsão de cinco estagiários.

- atendimentos no período de emergência: 4063 atendimentos realizados até 30.mar.2021.

b) Ações sobre Serviços de Acolhimento

- SMDHC, SMADS e ACNUR realizam distribuição de 1000 máscaras nos Centros de Acolhida para Imigrantes: CTA São Mateus, CA Bela Vista e o CA Pari. Para saber mais, [acesse aqui](#).

- A SMADS possui 4 centros de acolhida especializados para imigrantes, com total de 572 vagas.

c) Ações de educação

- A SMDHC e a SME traduziram os Cadernos "Trilhas de Aprendizagem" voltados para os bebês , crianças e estudantes que se encontram entre de 0 a 3 anos, 4 a 5 anos, 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental, nos idiomas Espanhol, Inglês e Francês (o material será enviado para casa de 3944 estudantes imigrantes). Você pode acessar o material em: Espanhol, Inglês, francês

- Cartão alimentação para famílias de alunos em situação de vulnerabilidade da SME. A SMDHC traduziu as informações para as famílias imigrantes, [acesse aqui](#).

• Portas Abertas: Português para Imigrantes: atualização do livro didático, agora disponível em três níveis: básico, intermediário e avançado. Retomada das aulas prevista para maio deste ano. Ação realizada entre as secretarias municipais de Direitos Humanos e Cidadania e da Educação, com apoio na diagramação da UNESCO.

d) Ações emergenciais de distribuição de cestas básicas e similares.

• Cidade Solidária: Programa de coleta e distribuição de cestas básicas e outros itens para populações em situação de vulnerabilidade. Em seis meses, a cidade de São Paulo entregou kits de higiene e cestas básicas para pelo menos 20 entidades e consulados de imigrantes e refugiados, em ação intersecretarial e em parceria com a Cruz Vermelha Brasileira:

- Maio/20: 2165 kits e 2165 cestas
- Junho/20: 4725 kits e 4725 cestas
- Julho/20: 5620 kits e 5620 cestas
- Agosto/20: 5620 kits e 5620 cestas
- Setembro/20: 5620 kits e 5620 cestas
- Outubro/20: 5620 kits e 5620 cestas
- Novembro/20: 5620 kits e 5620 cestas
- Dezembro/20: 5620 kits e 5620 cestas

TOTAL: 40.610 cestas básicas e kits de higiene somente para imigrantes em 2020.

• Em ação organizada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e parceria com o CRAI, foram destinados 97 cartões-alimentação para famílias imigrantes atendidas pelo CRAI, nos meses de setembro a novembro deste ano. Para ler mais acesse, clique aqui. Além disso, foram distribuídos outros 238 cartões, para organizações parceiras da SMDHC no programa Cidade Solidária.



e) Materiais informativos

- Produção e tradução de materiais informativos para a população imigrante.²⁶
- Criação de aba no site para divulgação de informações em idiomas para a População Imigrante. Acesse aqui para conhecer os materiais.
- Material informativo dirigido a pessoas LGBTI, trabalhadores do sexo e imigrantes, junto com a Coordenação de Políticas para População LGBT/SMDHC, e a Rede Milbi (Rede de Mulheres Imigrantes Lésbicas e Bissexuais), com dicas de prevenção da Covid-19, de como procurar atendimento, receber o auxílio emergencial, regularizar documentos migratórios, encontrar ajuda em casos de violência e outras informações link.
- Material informativo sobre vacinação traduzido em seis idiomas.
- Material informativo sobre Auxílio Emergencial; orientação para a população imigrante ter acesso ao Auxílio Emergencial, na tentativa de facilitar o processo entre o poder público.

26 https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/index.php?p=295728

ANEXO I - DOCUMENTO COMPLEMENTAR

FORMAÇÕES DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO PARA IMIGRANTES (CRAI)

- Descrição: O CRAI é um equipamento municipal vinculado à SMDHC, especializado no atendimento ao imigrante, que, dentre as atribuições previstas no artigo 9º, II, do Decreto 57.533/2016, tem de: "II - apoiar e promover oficinas, seminários e palestras de capacitação e sensibilização de agentes públicos em geral, incluídos os Conselheiros Tutelares, para o atendimento à população imigrante;"
- Contexto: A gestão do CRAI é feita pelo Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS), no âmbito do Termo de Colaboração n.º 005/SMDHC/2017, com vigência prorrogada até 26 de maio de 2020.
- Objetivos: Conforme consta no Plano de Trabalho vigente, no âmbito do Termo de Colaboração, o objetivo de promover a capacitação de 1250 agentes públicos na temática migratória, através de oficinas, seminário ou palestras de capacitação e sensibilização, sob orientação da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD), na temática da mobilidade humana, direitos dos imigrantes e acesso à educação, saúde, assistência social, trabalho, cultura, dentre outros, a agentes públicos em geral; profissionais envolvidos no trabalho com imigrantes (mediante demanda); e aos imigrantes (mediante demanda).
- Público alvo: agentes públicos municipais. Foram capacitados 308 agentes de Assistência Social, 333 agentes da Educação, 105 da Saúde, 10 agentes da Penitenciária, 10 servidores da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo e 248 servidores gerais do município.
- Estrutura e gasto orçamentário: o valor global do TC n.º 005/SMDHC/2017 é de R\$ 1.939.708,22. Não há um elemento específico relacionado com o eixo de formação, mas o principal custo associado a elas seria de recursos humanos, que é o principal elemento de despesa do CRAI. No entanto, nenhum dos funcionários, no atual Termo de Colaboração, teria a função



específica de promover formações, sendo uma atividade compartilhada por alguns profissionais, que possuem uma série de outras atribuições.

• Dados sobre os participantes: No período de 27/11/2017 a 31/10/2019, data do último relatório trimestral, havia sido capacitados 1.009 agentes públicos municipais. Vale observar que esses dados se duplicam em relação a outras formações que contam com a participação do CRAI, promovidas pela CPMigTD, como o Somos Tod@s Migrantes, o Portas Abertas e a ESPASO. A relação completa sobre essas formações, pode ser consultada em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1VzVgggUi-7rWhBT2j7z67bArbykh-9qRqNMuucrUeyU/edit#gid=0>

RELATÓRIO DE FORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO CRAI

Data	Tipo da formação	Órgão	Descrição da formação	Número de participantes	Trimestre
21/03/18	Capacitação SMADS 1	SMADS	formação técnica sobre a temática envolvendo os venezuelanos e o Programa de Interiorização do Governo Federal (Turma manhã)	18	2º
21/03/18	Capacitação SMADS 1	SMADS	formação técnica sobre a temática envolvendo os venezuelanos e o Programa de Interiorização do Governo Federal	18	2º
25/03/18	Formação CREAS Tiradentes	SMADS		45	2º
11/05/18	Formação CREAS Perus	SMADS	Migração e conhecimento	28	3º

20/06/18	Formação de servidores EMASP, Somos Todos Migrantes	EMASP		20	3°
05/07/18	Formação no CRAS Perus	SMADS	Formação sobre documentação	5	3°
07/08/18	Formação de professores do Portas Abertas	SME		20	4°
20/08/18	Treinamento ACS Santana	SMS		27	4°
22/08/18	EMASP Somos Todos Migrantes	EMASP		30	4°
26/09/18	Capacitação sobre o CRAI e migração - CIC do Imigrante	SJC		5	4°
27/09/18	Formação Portas abertas: EMEF Marcilio Dias	SME		15	4°
10/10/18	EMASP - Somos Todos Migrantes	EMASP		22	4°



11/12/18	Formação sobre CRAI, Serviço Social e Egressos na Secretaria Estadual de Assuntos Penitenciários	SAP		10	5°
30/01/19	EMASP – formação Somos Todos Migrantes	EMASP		25	5°
13/02/19	Formação EMASP “Somos Todos(as) Migrantes”	EMASP		20	6°
13/03/19	Formação EMASP “Somos Todos(as) Migrantes”	EMASP		21	6°
19-20/03/19	Formação de professores do Portas Abertas	SME		26	6°
28/03/19	Formação NASF Itaquera	SMS		24	6°
10/04/19	Formação EMASP “Somos Todos(as) Migrantes”	EMASP		24	6°
04/02/19	Formação para a equipe técnica do CAEMI Penha	SMADS	Formação sobre procedimentos de assistência e atendimento a vítimas de tráfico de pessoas	6	6°

07/02/19	Formação para a equipe técnica do CAEMI Penha	SMADS	Formação sobre procedimentos de assistência e atendimento a vítimas de tráfico de pessoas	5	6°
08/05/19	Formação EMASP: "Somos Todos(as) Migrantes – Migrações e Direitos na Cidade de São Paulo"	EMASP		22	7°
11/05/19	Formação DRE Santo Amaro	SME		46	7°
12/06/19	Formação EMASP: "Somos Todos(as) Migrantes – Migrações e Direitos na Cidade de São Paulo"	EMASP		23	7°
26/06/19	Formação CAI Pari: Documentação e Regularização Migratória	SMADS		10	7°
27/06/19	Sensibilização acerca de xenofobia no CAE Brigadeiro	SMADS	Formações para imigrantes e profissionais envolvidos no trabalho com imigrantes, mediante demanda	27	7°
20-23/08/19	Formação Portas Abertas	SME		25	8°



18/09/19	Formação EMASP So-mos Tod@s Migrantes - Migrações e Direitos na Cidade de São Paulo	EMASP		23	8º
23-25/09/19	Formação Migração e Trabalho Escravo para professores municipais da EMEF Doutor Fábio da Silva Prado	SME		16	8º
27/09/19	Formação de gerentes e técnicos do CRAS e CRE-AS Jaçanã e Tremembé	SMADS		13	8º
30/09/19	Seminário Povos Imigrantes. Formação de servidores da SME	SME		150	8º
02-09/10/19	Formação "Somos Tod@s Migrantes" na EMEI João Mendonça Falcão	SME		25	8º
17-24/10/19	Formação "Somos Tod@s Migrantes" para professores da EMEI Angelo Martino	SME		13	8º

17/10/19	Formação EMASP	EMASP		18	8°
18/10/19	Formação no Encontro da Rede Interseccional da SAS Santana	SMADS		30	8°
18/10/19	Formação SMADS: Migrações e Direitos na Cidade de São Paulo	SMADS		103	8°
21/10/19	Formação para agentes de saúde da UBS Vila Nova Cachoeirinha	SMS		27	8°
25/10/19	Formação para agentes de saúde da UBS Ermelino Matarazzo	SMS		27	8°
01/11/19	Formação para Assistentes Sociais do CRAS Vila Maria	SMADS		6	9°
05/11/19	Formação EMEF Prof. João de Lima Paiva	SME		20	9°
08/11/19	Formação CREAS Perus sobre migração e trabalho escravo	SMADS		15	9°
19/11/19	Formação EMASP	EMASP		23	9°



22/11/19	Formação para agentes da SMADS	SMADS		48	9º
26/11/19	Formação em Santos sobre tráfico de pessoas	Externo		50	9º
10/12/19	Formação EMASP	EMASP		22	9º
10/12/19	Formação para servidores no CRAS Itaquera, incluindo assistentes sociais do CRAS, NPJ e profissional da saúde do território	SMADS		10	9º
11/12/19	Formação para servidores da SEHAB	SEHAB		11	9º
29/12/19	Formação sobre trabalho escravo no CAI Bela Vista	SMADS		8	9º
				3127	

**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA
IMIGRANTES E PROMOÇÃO DO
TRABALHO DECENTE**



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA